

INTRODUÇÃO

Dawisson Belém Lopes

Eduardo Bastianetto

Aziz Tuffi Saliba

A noção de região admite manifestações empíricas as mais diversas. Etimologicamente derivado do latim *regio* (real, realeza), o termo faz alusão remota aos limites de um reino, isto é, à demarcação territorial da área sob jurisdição deste ou daquele soberano. As fronteiras de um reino são o fruto de operações políticas prévias – o desbravamento, a ocupação, as lutas sucedâneas, a negociação entre as partes, a delimitação formal, a paz que se segue. Não é muito diferente com as regiões estabelecidas (BOURDIEU, 1989).

Se concebemos região como espaço de fluxos humanos, econômicos e ideacionais, que pode ou não ser contíguo, mas que indiscutivelmente conecta e afeta reciprocamente as pessoas, há margem para tratar o Índico como unidade regional. Mas convém assinalar: não apenas nos referimos, nos limites desta coletânea, ao que seja banhado pelo oceano *per se* e suas reentrâncias, senão também às linhas de força que se projetam sobre o continente, deixando para trás a maritimidade e alcançando os enclaves mediterrâneos.

A referência territorial imediata para o Índico é o Sul da Ásia, conceito geográfico que usualmente cobre Bangladesh, Butão,

Índia, Maldivas, Mianmar, Nepal e Paquistão. O subcontinente indiano é berço de três das maiores religiões da Terra – hinduísmo, budismo e sikhismo – e de outras contribuições preciosas para a humanidade, da gastronomia e prática espiritual à arquitetura e matemática. Apesar da vocação pacifista de alguns de seus principais líderes históricos (Mahatma Gandhi e Madre Teresa de Calcutá, dentre tantos outros), é uma porção do mundo infestada por violência, tendo testemunhado diversas guerras e hospedado focos de tensão no curso do século XX e início do século XXI.

O Índico, não obstante, também alcança o Oriente Médio, quer no sentido literal, de oceano que se encontra com o mar Árábico, quer no entendimento mais amplo, de espaço de fluxos. Nessa dupla acepção, países como Afeganistão, Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Irã, Iraque, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Omã, Síria e Turquia também estariam perfeitamente contemplados pelo enquadramento regional. Uma extensão da categoria permitiria abraçar até mesmo a Ásia Central – Cazaquistão, Uzbequistão, Turcomenistão, Tadjiquistão e Quirguistão – com base em critérios de cultura e comportamento. Estamos também a tratar, afinal, de uma ampla faixa do Islã, onde a religião muçulmana penetra e se faz hegemônica.¹

O Grande Índico como lugar de confluências

Os cristãos conheceram os muçulmanos quando estes últimos exerciam o papel de conquistadores. O Islã teve uma gênese desprezível, sob o profeta Muhammad, a quem Alah teria revelado o mistério da salvação. Um exame das poucas fontes

¹ Em evento público realizado em 3 de setembro de 2020, o ministro das Relações Exteriores da Índia, Subrahmanyam Jaishankar, referiu-se aos países do Golfo Pérsico como “vizinhança expandida” da Índia. A definição vai ao encontro da noção aqui esposada. Vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=SPARyx1Xj90>, acessado em 30 de outubro de 2020.

históricas que nos restam daqueles tempos deixa mais ou menos evidente que Muhammad, o Mensageiro, não buscou fundar uma religião – ao menos, não no sentido institucional, que se associa ao verbete contemporaneamente. Seus seguidores tomaram para si a missão de fazer expandir a confissão muçulmana.

No ano 635 da Era Cristã, após alguns ataques esparsos na Síria e na Palestina, os muçulmanos conseguiram capturar a cidade de Damasco. No ano seguinte, a Síria e a Palestina tombaram, ficando integralmente aos seus pés. Em 638, foi a vez de Jerusalém. Logo na sequência, a Cesareia havia sido tomada. Ctesifonte, capital do império persa, foi arrebatada em 637. A partir de 640, a atenção dos muçulmanos se voltou para as riquezas dos egípcios. E assim se deixaram levar, como num jogo de dominó: Alexandria, em 642; Trípoli, em 643; Tunísia, em 670; a costa do Marrocos, em 681; Cartago, em 698; a Espanha, a partir de 711. Em 718, toda a Península Ibérica estava nas mãos de novos senhores. A essa altura, exércitos muçulmanos no Oriente cercavam a capital imperial, Constantinopla. Num instante, os conquistadores da Espanha já avançavam sobre a Gália francesa. O Dar al-Islam – as terras onde a fé islâmica é observada e a lei islâmica prevalece – havia se estendido por toda a extensão do globo terrestre, literalmente. O árabe era a língua do governo e do comércio, assim como a da fé, preponderante do Atlântico à Ásia Central (FLETCHER, 2004).

Entre os anos 750 e 1000, interações houve entre a cristandade e o Islã. Algumas, violentas e destrutivas; outras, harmoniosas e frutíferas. Diz-se que, por volta de 800 d.C, em um aceno diplomático, o imperador abácida teria presenteado o seu homólogo europeu com um exótico elefante – símbolo maior da autoridade e do respeito. À época, o Dar al-Islam era um mundo de cidades ligadas por comércio regular; já a economia do Ocidente, predominantemente agrária. O Estado franco, sob o lendário Carlos Magno (768-814), era vasto e poderoso, mas, comparado

ao império abácida, governado por seu contemporâneo Harun ar-Rashid, “era como um peixinho diante de uma baleia” (FLETCHER, 2004, p. 70).

A este propósito, o historiador belga Henri Pirenne, ao avaliar a transição da ordem romana para a medieval, apresenta uma tese interessante. Pirenne argumenta que os constantes e expressivos avanços muçulmanos pelo Mediterrâneo – e a exclusão econômica que tais avanços acarretavam – foi o que levou os europeus a se fecharem em torno de si. Fechado o acesso à economia urbanizada do Sul, tomou forma uma cultura europeia ocidental “subdesenvolvida”, rural e feudal, cujo paradigma é o reino dos francos. Em famoso aforismo, Pirenne sentenciou: “é correto dizer que, sem Maomé, Carlos Magno não teria existido” (cf. FLETCHER, 2004, p. 71).

A Europa das 95 teses de Lutero é um outro continente. As artes do comércio, da navegação e da guerra já se encontravam bem desenvolvidas. O homem do Renascimento deixa de ser ptolemaico; passa a ser copernicano. Está no centro do universo. O secularismo é o que lhe resta. Desde então, muito se tem discutido sobre a coexistência de dois conceitos, antes naturalmente superpostos, quais sejam: Ocidente e cristandade. Expressões sinônimas ou disjuntivas? Se a superposição dos dois verbetes não parece tão natural como dantes, tampouco seria razoável um descolamento conceitual radical – como aquele imaginado por Hans Blumenberg (1983), segundo quem a noção de cristandade é irremediavelmente ferida com a emergência do secularismo. A tese da “equivalência” entre Ocidente e cristandade é perigosa, porque toma a via da hermenêutica circular, o que implicaria a possibilidade – eivada de a-historicismo – das rupturas absolutas; de um Ocidente totalmente secularizado a partir de Lutero, do totalmente novo. O Ocidente “reformado”, conquanto cada vez mais secularizado, não abandona o cristianismo.

A influência cristã na constituição ocidental é inescapável, já percebia Novalis. O poeta alemão acreditava que a ideia de “Europa dos Estados” nunca passara de um projeto dos românticos, vez que o fundamento da unidade europeia – alegadamente, a tradição judaico-cristã – não se podia conter dentro das fronteiras estatais. O Ocidente parece ter abandonado, sim, como traço inerente e distintivo, um certo tipo de cristianismo integralista. A esse respeito, Gianni Vattimo (2004, p. 99) sugere:

[...] a secularização do cristianismo é também aquela abertura para outros mundos [...] A secularização é, ainda, o enfraquecimento do sentido da realidade que se produz nas ciências que estudam entidades cada vez mais inconciliáveis com as coisas de nossa experiência cotidiana.

A secularização ocidental seria, para Vattimo, um fruto inesperado do reiterado intercuro entre religiões e cosmovisões – acontecido com alguma frequência, mas não exclusivamente, às margens do Índico.

Não obstante, as linhas escritas pelo Nobel da Literatura, Sir V. S. Naipaul (1997), em expedição entre os fiéis muçulmanos de Irã, Paquistão, Malásia e Indonésia, entre 1979 e 1981, ilustram tendência oposta: a persistência de conexões orgânicas entre religião e política. Ao tratar da Revolução Iraniana, anotou:

[...] o Estado iraniano estava se desintegrando. Quem era de fora conseguia fazer essa relação. Mas o fiel conseguia escamotear esses grandes eventos e manter um separado do outro; e mesmo enquanto se preparava para governar, podia continuar regozijando-se com a vitória para o islã. (NAIPAUL, 1997).

Sobre a bipartição do continente índico e a criação do Estado paquistanês, em 1947:

O Paquistão podia ser contemplado da mesma maneira. Podia ser visto como um país fragmentado, economicamente estagnado, de governo despótico, com sua gente talentosa à beira da histeria. Mas o Paquistão também era o país que fora fundado mais de trinta anos antes como uma pátria para os muçulmanos da Índia e, por isso, devia ser reverenciado como o pioneiro do renascimento islâmico.

Em referência ao Islã propagado por missionários até o sudeste asiático, registrou: “Esse islã é mais do que a velha religião de sua aldeia. O islã que os missionários trazem é uma religião de mudança e triunfo iminentes; chega como parte de um movimento mundial.”

Ao narrar o mundo contemporâneo, o sociólogo inglês Anthony Giddens (1994) fala de certa tendência ao pós-tradicionismo. Pela expressão, o pensador não pretende o fim das tradições, mas, sim, o esvaziamento das tradições não-reflexivas, baseadas em rígidos dogmas de fé. Identifica, contudo, muito especialmente nos países islâmicos, um importante foco de resistência a esse movimento. Segundo Giddens, o fundamentalismo islâmico é uma forma tradicionalista de apego às tradições, em contradistinação às “novas tradições” reflexivas. No bojo do tradicionalismo, o homem não se percebe “homem moderno”, senhor do seu destino. O fundamentalismo é, digamos, a maneira encontrada pelos muçulmanos – termo que, em sua literalidade, quer dizer “obedientes a Alah” – de resistir ao novo, de fazer voltar o tempo em que o Dar al-Islam impressionava e impunha.

Mais um exemplo da confluência entre registros culturais e tempos históricos na região do Índico está associado ao hinduísmo. A religião, que concebe a vida como um ciclo de nascimento, morte e renascimento até que a alma atinja a salvação (*Moksha*), estabelece que o vínculo entre o marido e a mulher transcende o plano terreno, alcançando um total de sete ciclos de vida. Essa crença, quando praticada por uma sociedade predominantemente patriarcal, resulta em um sistema no qual, com a viuvez, a

identidade da mulher deixa de existir. Ela é condenada à tristeza por toda a vida, esperando para se reunir com o marido na próxima encarnação. Consoante a prática milenar ainda difundida no Sul da Ásia, as viúvas hindus são forçadas a deixar suas casas após a morte de seus maridos, perdendo autoridade sobre suas famílias e vivendo em condições materialmente precárias.

Reformadores como Ishwar Chandra Vidyasagar, no século XIX, chegaram a incentivar o novo casamento de viúvas, mas a sociedade não incorporou o movimento. Não é incomum, portanto, em que pese a toda a efervescência econômica e tecnológica dessa parte do mundo, encontrar indivíduos que põem em prática, hoje em dia, a ortodoxia religiosa e demandam dos seus pares igual apego às tradições. O movimento nacionalista hindutva, de fundo religioso, tem inclusive no atual primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, um entusiasta e importante disseminador.²

A realidade contemporânea e seus renovados desafios

Deu-se em Nova Délhi, no dia 16 de janeiro de 2018, como prólogo de uma conferência internacional de alto nível, o emblemático encontro entre dois importantes líderes mundiais do Grande Índico – o primeiro-ministro de Israel, Netanyahu, e o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi. Os dois países aproximaram-se ao longo da década, muito em função de afinidades políticas entre seus mandatários. À ocasião, o chefe de governo do Estado judaico fez um pronunciamento cortante e, em vários sentidos, sintético do *Zeitgeist* que estávamos a sorver. Netanyahu cunhou passagens memoráveis, como a afirmação de que “o poder suave é bom, mas o poder bruto é frequentemente melhor, já que os fracos não sobrevivem”. Ainda que soasse

² Ver o Capítulo 3 desta coletânea.

exagerado para um diálogo civil, aquilo foi por demais eloquente sobre o estado de tensões insuportáveis que marca as relações internacionais contemporâneas (BELÉM LOPES, 2018).

Começemos pelo mundo visto desde o Oriente Médio. Centro de um rede bastante capilarizada de fluxos transnacionais, esta zona limítrofe entre Europa, África e Ásia notabiliza-se pelos conflitos de cunho étnico-religioso com raízes profundas (VIGNAL, 2017). Desponta nesse universo a chamada “questão curda” – a falta de um Estado nacional para grupo étnico de milhões de pessoas –, que é antiga e importante em parte considerável da região, nomeadamente a Turquia, a Síria, o Iraque e o Irã. O problema do Curdistão e da identidade curda passou a ganhar tração e maior atenção internacional e nacional com a invasão norte-americana ao Iraque, em 2003, e sua associação eventual com o Estado Islâmico, em 2014.³ O sempiterno conflito israelo-palestino é outro tópico que não sai de moda. Todavia, a guerra de 2008-9 marcou uma dupla virada na dinâmica do enfrentamento. Por um lado, contribuiu para selar o distanciamento – em se tratando de objetivos, retórica e estratégias – entre Hamas, que detinha o controle político de Gaza desde 2007, e Fatah, partido que comandava a Autoridade Palestina desde os Acordos de Oslo, na década de 1990. Por outro, abriu caminho para o retorno – e a perpetuação – de uma direita radical em Israel, representada pela coalizão articulada pelo partido Likud, cuja face mais popular é justamente a de Benjamin Netanyahu.⁴

Os Estados Unidos vêm buscando, ao longo de décadas de engajamento nessa área, dar conta de duas situações específicas, de potencial explosivo e prováveis ramificações em outras partes do mundo. Na qualidade de comandante-em-chefe da maior potência militar, Donald Trump agiu por impulso. Os militares americanos expressaram preocupação com a condução

³ Ver o Capítulo 8 desta coletânea.

⁴ Ver o Capítulo 9 desta coletânea.

do ex-presidente, que não parecia suficientemente paciente para longas e complexas considerações estratégicas. A arquitetura da segurança regional médio-oriental vem se alterando desde 2006 e Trump não entendeu o papel dos EUA no processo. As últimas ações de Washington, em relação a Irã e Turquia, demonstram que o ex-presidente pode ter contribuído para diminuir a capacidade americana de salvaguardar seus interesses na região. Um custo alto ainda não totalmente visível em meio à fumaça das últimas explosões.⁵

Outro ponto da agenda regional é o frágil equilíbrio político, sobretudo na vertente institucional. A chamada Primavera Árabe foi evento de grandes proporções que, no contexto árabe, se assemelha aos movimentos políticos europeus como os de 1848 (Era das Revoluções) e de 1989 (Queda do Muro de Berlim). Mas as revoltas iniciadas em 2010 têm suas peculiaridades. Primeiro, elas exemplificam a clara falta de solidez de regimes antes considerados irremovíveis. Segundo, também representam uma revolta sem líderes fixos e ideologia clara. Terceiro, trouxeram uma dimensão transnacional, com forte atuação das redes sociais e da mídia. E, finalmente, resultaram de uma mobilização da sociedade civil em prol de melhores condições de vida, reclamando reformas democráticas e unificando demandas relacionadas a justiça, liberdade, dignidade e respeito.⁶ Ainda no flanco institucional, a boa notícia sobre toda a faixa de países regida pela Lei Árabe é que, apesar das grandes limitações ao exercício protetivo de direitos humanos verificadas no Estatuto da Corte Árabe de Direitos Humanos, especialmente no comparativo com sistemas ocidentais de promoção de direitos humanos, vem-se diagnosticando a possibilidade de interpretações normativas que dão margem a uma expansão do grau de protetividade inicialmente atribuível à Corte Árabe.⁷

⁵ Ver o Capítulo 10 desta coletânea.

⁶ Ver o Capítulo 11 desta coletânea.

⁷ Ver o Capítulo 12 desta coletânea.

Desde o Sul da Ásia, avistam-se demonstrações de orgulho nacional indiano. O gigante do Índico tem sido retratado como grande potência, acumulando-se razões objetivas para o prognóstico otimista: a Índia hoje supera em quase todas as dimensões os seus concorrentes. A economia vem crescendo em ritmo acelerado, deixando espaço para especulações sobre quem realmente rivalizará com a China a partir de 2050. Índia e EUA investem em parceria cada vez mais forte, para não mencionar as boas relações atuais de Nova Délhi com a União Europeia, o Japão, a Rússia, o Brasil e as principais nações africanas. Observe-se que a Índia explorou habilmente e deu uma conotação francamente positiva a uma característica que outros países consideram um fardo para a formulação de sua política externa: seu enorme eleitorado democrático. Afinal, quando Nova Délhi fala, ela projeta a voz de 1,3 bilhão de cidadãos (PANT, 2019).⁸

O mundo visto a partir do subcontinente indiano acomoda, outrossim, aflições de grande magnitude. Os problemas entre Índia e Paquistão puxam a fila e tornam raras as trocas diplomáticas entre os vizinhos. O tema da Caxemira aparece frequentemente como pomo da discórdia. Trata-se, com boa probabilidade, da zona mais militarizada do mundo hoje, com centenas de milhares de soldados indianos estacionados no território, para não mencionar os homólogos paquistaneses e chineses, sempre à espreita, vigiando a tríplice fronteira. Como consequência direta das manifestações populares, em 2016 a região administrada pela Índia permaneceu sob toque de recolher por sete meses consecutivos, levando escolas, hospitais, bancos e empresas privadas a fecharem suas portas. Apesar de toda a *expertise* atribuída a Délhi no domínio das tecnologias da informação, as conexões de internet ali foram interrompidas dezenas de vezes. Não é surpresa que, de acordo com a organização Médicos Sem Fronteiras, 45% da população local sofram de transtorno mental (BELÉM

⁸ Ver o Capítulo 4 desta coletânea.

LOPES, 2017). A ruptura ocorrida em 2019, com a revogação pelo Congresso da Índia do status constitucional diferenciado, até então desfrutado pelo estado de Jamu e Caxemira – unidade federativa preexistente, ora dividida em dois diferentes estados da União –, só fez aumentar a inquietação no vale de Srinagar.

Os desafios no campo dos direitos humanos não param por aí. Mianmar é *hotspot* no mundo contemporâneo, tendo a vencedora do Nobel Aung San Suu Kyi sido duramente criticada pela comunidade internacional por não lidar adequadamente com a crise humanitária que levou milhares de indivíduos Rohingya a fugir de suas casas e buscar refúgio em outro lugar – sobretudo em Bangladesh. O terrorismo no Sul da Ásia é objeto frequente de debates acalorados e, vez por outra, de tragédias. De modo geral, o regime global de contraterrorismo sofre de três fraquezas inerentes. Primeiro, a falta de consenso universal sobre o que constitui o terrorismo, dificultando a formulação de uma resposta global para o problema; segundo, a ação multilateral costuma ser ineficaz, devido ao escasso cumprimento e à não aplicação dos instrumentos jurídicos e policiais existentes; terceiro, embora as iniciativas de contrarradicalização e desradicalização tenham ganhado alguma atenção ultimamente, seu progresso é insuficiente. As respostas de nações asiáticas a essa ameaça mutante constituem parte importante daquilo que, no Ocidente, ganhou o epíteto de Guerra ao Terror.⁹

Novas tecnologias como inteligência artificial, robótica, aprendizagem de máquinas, reconhecimento facial, hipersônicos e drones, e algumas mais antigas, como a exploração do espaço sideral e a balística, continuarão tendo um impacto significativo nas políticas exteriores do Índico. A maioria das relações de poder hoje são moldadas por competição tecnológica – sendo a competição EUA-China apenas o exemplo mais notório. O efeito geopolítico de novas tecnologias tem se tornado

⁹ Ver o Capítulo 7 desta coletânea.

realidade palpável no Indo-Pacífico, porção densa em potências militares e tecnológicas. Enquanto tecnologias no geral trazem prosperidade e avanços em sociedades, também são, em certas circunstâncias, fonte de competição e de rivalidade crescentes. A mudança de equilíbrio das dinâmicas de poder tem, em regra, tido uma influência maligna na competição tecnológica global, hoje em dia.¹⁰

Nada obstante, é possível fazer o contraponto positivo e notar triunfos em políticas públicas impulsionadas por tecnologia. O Índico também pode ser um lugar para abordagens futurísticas – por que não? Ainda que suscitem controvérsias sobre a privacidade de dados, essas intervenções têm formatado um ecossistema de inovação, dando à luz as *startups* que se tornaram globais e mudaram a face da vida cotidiana, alavancadas pelo advento de diversas soluções tecnológicas de baixo custo.¹¹ Segundo Jayant Sinha, ministro da Aviação Civil da Índia, convém ao país deixar para trás a fase de exportador de bens agrários para desenvolver uma economia complexa baseada em serviços, na qual instrutores de yoga, DJs e médicos estejam cada vez mais presentes nos vilarejos, gerando reflexos econômicos positivos (BELÉM LOPES, 2018). Ora: parte da pujança econômica observável no Sul da Ásia decorre da revalorização de saberes tradicionais e do seu emprego nas atividades diárias da população. A qualidade dos produtos e a mística ao seu redor são responsáveis por um mercado que, além de promover a saúde local, se tornou ativo financeiro desejado por todo o mundo – semelhantemente ao que se dava, no século XIV, no comércio global das especiarias (GILBERT, 2017). A utilização de técnicas milenares, como a medicina Ayurveda, em conjunção com o desenvolvimento tecnológico, como o que se nota na indústria farmacêutica, no setor produtivo audiovisual e também na tecnologia de informação,

¹⁰ Ver o Capítulo 6 desta coletânea.

¹¹ Ver o Capítulo 5 desta coletânea.

colocam o Índico, em geral, e a Índia, em particular, numa posição destacada (BOSE; JALAL, 2018).¹²

Os desafios contemporâneos que se põem para os tomadores de decisão e os analistas do Grande Índico têm neste tomo um mostruário bastante amplo e representativo. Ao longo dos 12 ensaios que vão em sequência, os leitores poderão ser introduzidos e até aprofundar-se em problemas de densidades e historicidades variadas, cobrindo uma faixa territorial vasta. Há, seguramente, tópicos para todos os paladares e inclinações intelectuais.

Referências

BELÉM LOPES, D. Brazil's Shameful Silence About Kashmir. *The Diplomat*, Tokyo, 16 June 2017.

BELÉM LOPES, D. The World Seen From India's Raisina Dialogue 2018. *The Diplomat*, Tokyo, 22 Jan. 2018.

BLUMENBERG, H. *The Legitimacy of the Modern Age*. Cambridge: The MIT Press, 1983.

BOSE, S.; JALAL, A. *Modern South Asia: History, Culture, Political Economy*. New York: Routledge, 2018.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1989.

FLETCHER, R. *A cruz e o crescente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

GIDDENS, A. Living in a Post-Traditional Society. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. (ed.). *Reflexive Modernization: Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order*. Cambridge: Polity, 1994. p. 56-109.

GILBERT, M. J. *South Asia in World History*. New York: Oxford University Press, 2017.

NAIPAUL, V. S. *Entre os fiéis: Irã, Paquistão, Malásia, Indonésia – 1981*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

PANT, H. (ed.). *New Directions in India's Foreign Policy: Theory and Praxis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

¹² Ver os capítulos 1 e 2 desta coletânea.

VATTIMO, G. *Depois da cristandade*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

VIGNAL, L. (ed.). *The Transnational Middle East: People, Places, Borders*. New York: Routledge, 2017.